
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0023904850/2024 - SAMA.UGA

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Atualmente, as Unidades de Conservação denominadas Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Morro do Iriú e Parque Municipal do Morro do Finder não possuem Plano de Manejo, sendo que a Lei 9.985/2000 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, estabelece que "*O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação*". Ademais cabe ressaltar que o município foi demandado nos Autos da **Ação Civil Pública ACP - Processos nº 0901253-11.2018.8.24.0038 (18.0.092014-5) - Morro do Finder e Processo nº 0901232-35.2018.8.24.0038 (18.0.092020-0) - Morro do Iriú**, com a obrigação de elaboração dos respectivos Planos de Manejo.

O Plano de Manejo tem como objetivo propor as diretrizes, normas, programas, ações e metas para a implementação da gestão das unidades de conservação, suas respectivas zona de amortecimento e corredores ecológicos. Sendo assim, com os Planos de Manejo o Município tem condições de realizar a gestão e prever investimentos de modo muito mais condizente com a realidade da Unidade de Conservação, de modo a conservar os recursos naturais e proporcionar o desenvolvimento e qualidade de vida à população que usufrui desses espaços protegidos.

Portanto, a necessidade da contratação se dá pelo interesse público envolvido no cumprimento da legislação específica, em especial a lei 9.985/2000 bem como, o cumprimento das demandas judiciais veiculadas pelas ações civis públicas citadas anteriormente, valendo destacar que a ACP vinculada ao Morro do Finder está com trânsito em julgado e com prazo determinado para cumprimento, cujo prazo é de 18 meses, a contar da data do trânsito em julgado, que ocorreu em 27/11/2023.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 A contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2025.

2.2 A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - conforme Despesa PPA: 236 - 20 . 44001 . 18 . 541 . 2 . 2.3325 . 0 . 000000 (SEI nº 0021630701).

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

- Substituir no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após notificada, os serviços que apresentarem defeitos/vícios, ocultos ou não, e/ou que se tornarem impróprios para uso a que são destinados, e/ou, que não correspondam com o Memorial Descritivo, sem ônus para CONTRATANTE;
- As despesas decorrentes da execução do serviço correrão por conta da CONTRATADA;
- Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela execução dos serviços;
- Obedecer, quando for o caso, às recomendações dos fabricantes, normas técnicas, resoluções, portarias da ANVISA, ABNT, INMETRO, as disposições legais da União, do Estado de Santa Catarina, do Município de Joinville, dentre outros, que estiverem em vigor;
- Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros;

f) Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

g) Arcar com o uso de ferramentas e equipamentos necessários para a execução do serviço, sem ônus para a CONTRATANTE, bem como, quando for o caso, com a remoção de item existente.;

3.2 Os demais requisitos específicos estão dispostos no Memorial Descritivo, constante neste Processo SEI 23.0.036175-7.

3.3 Capacidade técnico-profissional: Deverá apresentar atestado de capacidade técnico-profissional de no percentual de 20% da área da ARIE do Morro do Iririú, em elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o que corresponde a área de 105,112 Hectares. Entende-se que pelo conflito inerente às atividades em Unidades de conservação de uso sustentável, como é o caso da ARIE, e pela extensão da área da ARIE, entende-se que o percentual de 20% é adequado para aferir a capacidade técnica do proponente, vez que ao se solicitar percentuais maiores, por exemplo, maiores do que 25%, se estaria impondo condição que poderia acarretar licitação deserta ou fracassada, ou ainda em eventual direcionamento do processo.

3.4 O custo estimado da contratação não deverá ser divulgado (constar com "sigilo") em Memorial Descritivo durante a fase preparatória (interna) da contratação, com vistas à garantia da lisura da pesquisa de mercado, vez que, em sendo realizada a pesquisa de preços com fornecedores, a indicação do valor máximo que a Administração estima que será a contratação, poderá haver influência indireta nos valores propostos. O valor estimado será tornado público apenas quando da fase externa do procedimento, o qual constará no Edital da licitação.

3.4.1 Tal condição não se confunde com o disposto no Art. 18, §1º inciso VI da Lei 14.133/2021, vez que o sigilo não será para fins de propostas e lances em licitação, e sim, para fins de pesquisa de preços na fase preparatória. Na fase externa, haverá a divulgação do valor estimado em Edital.

3.5 Para a contratação, não se vislumbra necessidade de garantia contratual nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se as Unidades de Conservação que ainda não possuem Plano de Manejo, sendo atualmente em número de 02 (duas), discriminadas no item 1 - Descrição da Necessidade da Contratação

4.2 - Para o levantamento das quantidades foram analisados os documentos das contratações vigentes, realizado o levantamento junto às Unidades contempladas na contratação, consideradas as previsíveis alterações de demanda e a possibilidade de economia de escala.

4.3 - Para a presente contratação, o quantitativo estimado será os serviços técnicos especializados para elaboração de 02 Planos de Manejo de Unidades de Conservação.

4.4 - A área de cada unidade de conservação corresponde à aproximadamente 525,56 hectares para a ARIE do Iririú e 479.077,60 m² para o Parque Municipal do Morro do Finder.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 O objeto da contratação trata-se de um serviço comum de engenharia adquiridos de forma regular pela Administração. Os serviços são imprescindíveis para as atividades da Administração, cuja forma de contratação é prática comum do mercado, já amplamente realizada tanto na Administração Municipal como em outros órgãos.

5.2 Destaque-se que, para a presente contratação a modalidade mais adequada é a licitação considerando o menor preço global, ou seja, para ambos os Planos de Manejo sendo executados pela mesma empresa.

5.3 Foi realizado levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, sendo constatadas as possibilidades discriminadas abaixo:

5.3.1 Contratação dos estudos técnicos para as duas unidades de conservação (ARIE do Morro do Iririú e Parque Municipal do Morro do Finder) de forma independente, porém considerando que a o Parque está inserido dentro dos limites da ARIE, os levantamentos de campo a serem realizados deverão compreender a área como um todo, e serão aproveitados para ambos os planos de manejo. Nesse sentido justifica-se a contratação unificada pelo menor preço global.

5.3.2 Contratação de estudos específicos independentes para posterior consolidação do Plano de Manejo pelos técnicos do Município, todavia há de se considerar o prazo exíguo para elaboração, bem como a

necessidade da responsabilidade técnica pela elaboração do Plano de Manejo, essa alternativa torna a elaboração do Plano mais morosa e exigiria um aporte de recursos humanos maior dos técnicos desta Secretaria em detrimento à presente proposta de contratação.

5.3.3 Contratação unificada dos Planos de Manejo do Parque do Finder e da ARIE do Morro do Iririú, nessa opção tem-se maior vantajosidade, pois haverá melhor utilização dos recursos financeiros, pois a mesma empresa executará os Planos de Manejo de forma concomitante, sendo que as etapas iniciais (de diagnóstico dos meios físico, biótico e socioeconômico) há várias informações que são as mesmas para ambos os planos de manejo, não havendo necessidade de diagnósticos em duplicidade. Nesse sentido, essa opção trará maior economicidade e eficiência ao município, pois entregará a solução como um todo.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Os valores estimados para a contratação estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, e cotações com prestadores desse tipo de serviço, sendo que os valores deverão estar compatíveis com o histórico de contratações anteriores. No entanto, de início estima-se a contratação no valor de até R\$ 750.000,00. Conforme Resolução COMDEMA Nº 02/2024 (SEI nº 0022701496) há disponibilidade orçamentária para execução da contratação no ano de 2025.

6.2 O Valor estimado da contratação se dá pelas experiências em outros Planos de Manejo já em andamento, a citar: Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral - Concorrência nº 126/2022, e Revisão do plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca - Pregão Eletrônico 001/2022-CIM-AMUNESC (Anexo SEI 0023092240). Em que pese as áreas sejam distintas (em relação à ARIE do Morro do Iririú e Parque Municipal do Morro do Finder) o processo de elaboração do Plano de Manejo leva em consideração muitas semelhanças como: levantamento de informações, elaboração de mapas, realização de Oficinas de Participação Popular, sistematização de informações para proposição de zoneamento, etc., motivo pelo qual pode-se considerar os processos citados como estimativa do valor da contratação.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de serviços técnicos especializados objetivando a elaboração do Plano de Manejo para as unidades de conservação Parque Municipal do Morro do Finder e Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Iririú em conjunto, conforme item 5.3.3.

7.2 A solução encontrada por meio da contratação dos serviços técnicos especializados para elaboração dos planos de manejo e estudos complementares abordará todas as atividades em atendimento ao Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), contemplando os recursos necessários.

7.2.1 Durante o desenvolvimento dos trabalhos pela empresa contratada, serão contempladas atividades como: levantamentos de campo relacionados ao meio físico, biótico e socioeconômico, levantamento planialtimétrico, realização de oficinas de participação popular para cada uma das Unidades de Conservação, proposição de zoneamento, bem como regramento para cada zona, proposta de planos e programas para gestão da Unidade de Conservação e posterior redação do documento "Plano de Manejo".

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 Considerando a formatação da execução dos serviços, que devem ser compatíveis entre si, não é tecnicamente e economicamente viável dividir o objeto dessa contratação, visto que as etapas devem ser executadas sequencialmente, sendo que o resultado de uma etapa tem impacto direto na subsequente.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No

caso, busca-se a elaboração de dois planos de manejo, em atendimento à legislação específica, e também em atendimento à decisão judicial nos autos da Ação Civil Pública nº0901253-11.2018.8.24.0038.

9.2 Entretanto, faz-se relevante constar que os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados a formatação da contratação, no sentido que estão previstas as contratações pelo critério de julgamento de menor preço.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do serviço, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

10.2 Não há a necessidade de contratações prévias à execução do Contrato.

10.3 Ainda, resta a orientação que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o coordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes no âmbito da administração pública municipal, tampouco junto aos consórcios CINCATARINA e CIM-AMUNESC.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação, bem como priorização do envio de documentos pelos meios eletrônicos (e-mail, transferência de arquivos, etc) em detrimento aos documentos impressos em papel.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

Seq.	Identificação	Consequência	Análise		Avaliação		Tratamento	Conduta
			Probabilidade	Impacto	Pontuação	Risco		
1.	PLANEJAMENTO/LICITAÇÃO							
1.1	Dificuldade de encontrar referências de preços em contratos públicos	Atraso na elaboração do orçamento e consequente atraso no processo licitatório	Pouco Provável	Médio	6	Médio	Evitar	Submeter o processo à análise por mais de um técnico para revisão e compatibilização
1.2	Atraso nos procedimentos administrativos, da requisição de compras até homologação	Postergação do início da execução contratual.	Muito provável	Muito alto	20	Muito alto	Mitigar	Estabelecer comunicação eficaz entre a unidade requisitante e a unidade responsável pelos processos

1.3	Licitação deserta	Necessidade de realização de novos certames	Pouco provável	Alto	8	Alto	Mitigar	Revisão do Memorial Descritivo de modo a torná-lo atrativo à iniciativa privada mantendo a qualidade do serviço prestado
1.4	Licitação fracassada	Necessidade de realização de novos certames	Pouco provável	Alto	8	Alto	Mitigar	Revisão do Memorial Descritivo de modo a possibilitar ampla participação de interessados, mantendo a qualidade do serviço prestado
1.5	Impugnação do Edital	Necessidade de realização de novos certames	Rara	Baixo	2	Baixo	Mitigar	Revisão do Memorial Descritivo de modo a trazer clareza e não haver pontos contraditórios ou obscuros
1.6	Preços incompatíveis com o mercado	Licitação deserta ou fracassada	Raro	Baixo	2	Baixo	Mitigar	Realizar ampla pesquisa de preços
2.	CONTRATAÇÃO							
2.1	Contratado não assina o contrato	Atrasos no início da execução contratual	Raro	Alto	4	Médio	Mitigar/transferir	Prever penalidades no Edital
3.	EXECUÇÃO DO CONTRATO							
3.1	Descumprimento dos prazos de execução sem pedido de prorrogação formalizado e justificado	Atrasos na execução contratual	Pouco Provável	Médio	6	Médio	Mitigar	Checar os meios de comunicação com o Contratado. Prever penalidades em caso de reincidência
3.2	Apresentação dos produtos em desacordo com as especificações técnicas	Necessidade de complementações por parte da empresa	Pouco Provável	Alto	8	Alto	Mitigar/transferir	Acompanhar a execução mediante CAF devidamente capacitada, oficiando e/ou notificando a empresa para ajustar as correções quando necessário Prever

								penalidade no Termo de Contrato em caso de falhas de execução.
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Ressalta-se que a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos levou em consideração as diretrizes propostas nas tabelas abaixo:

a) análise de riscos

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5

b) avaliação de riscos

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

ANÁLISE DOS RISCOS							
IM PA C I O	Nível 5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	Nível 4	Alto	4	8	12	16	20
	Nível 3	Médio	3	6	9	12	15
	Nível 2	Baixo	2	4	6	8	10
	Nível 1	Muito Baixo	1	2	3	4	5
			Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Praticamente	Praticamente certo
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
			Probabilidade				

c) tratamento de riscos

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir

Aceitar

Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		Os riscos apontados foram tratados, motivo pelo qual entende-se que a contratação é viável
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Os riscos apontados foram tratados, motivo pelo qual entende-se que a contratação é viável
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, tais como o cumprimento da legislação no que diz respeito a necessidade da elaboração do Plano de Manejo, bem como considerando a necessidade de cumprimento de sentenças judiciais vinculada as duas unidades de conservação: Ação Civil Pública (ACP) - Processos nº 0901253-11.2018.8.24.0038 (18.0.092014-5) - Morro do Finder e Processo nº 0901232-35.2018.8.24.0038 (18.0.092020-0) - Morro do Iriríú, bem como serem áreas contíguas, a Equipe/Comissão de Planejamento considera ser viável a solução por meio da contratação dos estudos técnicos para elaboração dos Planos de Manejo por meio de contratação conjunta em processo único, considerando as informações constantes no Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Serpa de Lima, Coordenador(a)**, em 16/12/2024, às 15:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Josimar Neumann, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2024, às 16:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco, Gerente**, em 16/12/2024, às 16:44, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Luiza Colla Warmling, Servidor(a) Público(a)**, em 17/12/2024, às 08:04, conforme a Medida Provisória nº



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023904850** e o código CRC **BBA6813C**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

23.0.036175-7

0023904850v4